

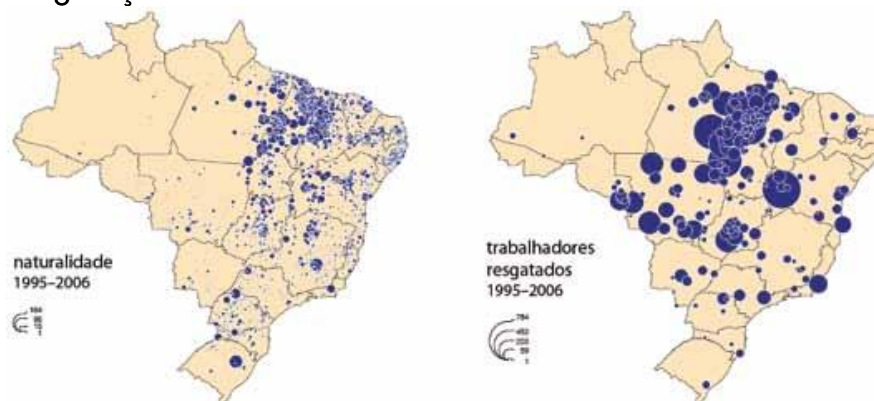
Abordagens sobre o Agrário e Urbanização



Abordagens sobre o Agrário e Urbanização

1.

Configuração territorial da dinâmica do trabalho escravo no Brasil



(Hervé Théry et al. Atlas do trabalho escravo no Brasil, 2009. Adaptado.)

Trace um perfil característico do trabalhador escravo no Brasil (indicando naturalidade, região de exploração e uma atividade realizada) e discorra sobre uma possível razão que o levou a migrar.

2. Em 1850, ano de extinção oficial do tráfico de escravos no Brasil, foi votada a Lei de Terras. Esta lei, em linhas gerais, determinou que

- I. todo proprietário registrasse suas terras, ficando proibida a doação de propriedades ou qualquer outra forma de aquisição de bens fundiários, a não ser por meio da compra.
- II. se mantivesse o alto custo do registro imobiliário, impedindo que os posseiros mais pobres obtivessem a propriedade do solo onde plantavam.
- III. ficasse assegurado o direito dos imigrantes – cujo trabalho, em muitos casos, substituiria o trabalho dos escravos – de se tornarem proprietários das terras onde laboravam.
- IV. fossem possíveis a aquisição e a posse de terras públicas, a baixo custo, pelos grandes proprietários, seus herdeiros e descendentes.

Estão corretas as complementações contidas em

- a) I, II, III e IV.
- b) I e II apenas.
- c) II, III e IV apenas.
- d) I, III e IV apenas.

3. Os problemas relacionados à mobilidade das pessoas [...] nos centros urbanos afetam diretamente a qualidade de vida da população, com as externalidades geradas na produção do transporte e, também, o desempenho econômico das atividades urbanas.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/comunicado/110525_cmunicadoipea94.pdf> [Adaptado] Acesso em: 17 jul. 2013

Assinale a(s) proposição(ões) CORRETA(S).

01. No Brasil, em metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, o transporte coletivo mais utilizado é o ferroviário associado ao metroviário, sendo relegado a segundo plano o transporte individual motorizado.

02. O transporte público coletivo urbano atende principalmente pessoas de média e baixa renda no Brasil, o que torna o valor deste serviço um instrumento importante na formulação de políticas de inclusão social.

04. A grande transformação na mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras começou a ocorrer na década de 1950, quando ao processo intenso de urbanização associou-se o aumento do uso de veículos motorizados.

08. Sendo o transporte público um serviço não essencial, a visão do seu financiamento deve ficar submetida a enfoques monetaristas rígidos, como o da sustentabilidade financeira a qualquer custo.

O somatório das afirmativas é:

4. O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.257, em vigor desde 10 de outubro de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Esta Lei estabelece as diretrizes gerais da política urbana brasileira, fornecendo instrumentos urbanísticos para o desenvolvimento das funções sociais, do uso e da gestão da cidade.

(Adaptado de “Estatuto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos”.
Brasília: Instituto Pólis/Laboratório de Desenvolvimento Local, 2001.)

a) Aponte dois aspectos da urbanização brasileira, manifestados especialmente a partir da segunda metade do século XX, que produziram a necessidade de uma lei para orientar a política urbana do país.

b) O Plano Diretor, instrumento de planejamento urbano que consta da Constituição de 1988, foi reforçado no Estatuto da Cidade e é obrigatório para algumas categorias de municípios brasileiros. Destaque duas diretrizes de planejamento urbano que o Plano Diretor Municipal pode adotar para que seja garantido o direito de todos à cidade.

5.



Disponível em: <<http://www.mdig.com.br/index.php?itemid=29078>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

Da janela de um avião descendo no aeroporto de Guarulhos, percebe-se que a extensão da malha urbana dificulta a definição dos limites entre os municípios vizinhos ao de São Paulo. O conceito que melhor expressa a unificação da extensão territorial de vários municípios é

- a) conurbação.
- b) aglomeração.
- c) região metropolitana.
- d) regiões distritais.
- e) desmunicipalização.

Gabarito

1. O mapa retrata um clássico problema do campo brasileiro, a escravidão por dívida. Os trabalhadores são explorados a partir do endividamento com o proprietário de terra. Essa dívida começa com o Gato que alicia o trabalhador para o fazendeiro, oferecendo trabalho. A dívida vai aumentando em troca de comida, roupas e instrumentos de trabalho. A naturalidade dos trabalhadores: estados como Maranhão, Pará, Tocantins e Bahia. Como região de exploração destaca-se a Amazônia Legal e os estados de Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Atividades realizadas: pecuária bovina extensiva e carvoarias. Razões para o fluxo de trabalhadores: baixa escolaridade e qualificação dos trabalhadores, a falta de oportunidades de emprego local, além da concentração fundiária nas áreas de origem.
2. B
3. 06 (02 + 04)
4. a) A urbanização brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX, apresentou intenso crescimento, fenômeno que está associado em grande medida ao êxodo rural da população brasileira. Esse processo produziu, entre outras consequências, ocupação desordenada do espaço urbano, que se estendeu para as áreas periféricas das cidades, e acesso precário por parte da população mais pobre à infraestrutura urbana e à habitação. Além disso, houve aumento da segregação espacial urbana e da ocupação de áreas de risco.
b) O Plano Diretor é um importante instrumento urbanístico que as cidades vêm adotando para a obtenção de condições mais favoráveis para o desenvolvimento e a democratização do uso e da ocupação do espaço urbano. São várias as diretrizes utilizadas pelo Plano Diretor municipal, que devem ser discutidas com a participação da população do município e incorporadas em projeto de lei, visando à garantia do direito à cidade. Para a efetivação dessas diretrizes, a lei prevê os denominados instrumentos de política urbana, que pretendem garantir a função social da propriedade urbana, tais como: o IPTU progressivo no tempo, a edificação ou utilização compulsória e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, para conter o uso especulativo da terra urbana; a regularização fundiária, para regulamentar o direito de posse aos moradores e a urbanização de assentamentos informais; o incentivo à construção de infraestrutura para o transporte público, para garantir o direito de mobilidade urbana e a acessibilidade com qualidade da população; e a reserva de áreas da cidade para lazer, para a preservação ambiental e para a construção de moradias populares.
5. A